



# Impressão Digital

Informativo do programa Gestão de Mídias Digitais

Cidade do Conhecimento - Ano I - Nº 2 - abril/2003

[home](#) | [projetos](#) | [agenda](#) | [cultura](#) | [comunicação](#) | [comunidades](#) | [infra-estrutura](#) | [monitores](#) | [acervo](#) |

## Comunicação

### Responsabilidade Política e Social

*por Maurício Amaro Ferreira*

Muitos têm sido os problemas que a população carente de nosso país tem enfrentado e todos se resumem em um: a desigualdade, que atinge principalmente a população de baixa renda.

Os recursos governamentais para a sociedade não suprem as necessidades dessas classes. A grande causa desses problemas envolve vários fatores, dentre os quais podemos destacar dois: a ética social e a cidadania.

A questão social e política relacionada à solução desses problemas baseia-se em um um grande ciclo de cooperação, e o que mais ocorre de irregular nesse ciclo é a falta de ética na política e a falta de cidadania envolvendo toda a sociedade.

Assim podemos dizer que "a sociedade não são eles, sou eu". A reflexão sobre esse assunto é constrangedora, pois o cidadão que não tem consciência da importância da sua participação e não coopera com as normas da cidadania não tem compromisso com a sociedade em si. E grande parte dos cidadãos brasileiros que vivem em nossas comunidades infelizmente não pensam sobre essa questão.

Para mudarmos esse quadro caótico de conhecimento social basta aplicarmos o que

podemos chamar de "Política de Inclusão Social", que ainda é rara, mas pode se tornar uma realidade. Dado que a comunidade tem pouca acesso às instituições governamentais e seu funcionamento, as irregularidades - como a corrupção - aumentam, causando o atraso de benefícios sociais que poderiam a muito tempo mudar a história de nosso país. A política de inclusão citada acima nada mais é que as bases para uma sociedade verdadeiramente organizada que defende seus direitos e expõe suas necessidades.

O cidadão brasileiro tem liberdade de expressão, senão, eu mesmo não estaria expressando a minha opinião sobre como deveriam ser as organizações sociais. Todos podem se organizar e fazer de uma simples idéia uma realidade.

Alguns espaços onde podemos expressar todas essas questões estão surgindo, e são essas oportunidades que podemos aproveitar para exercer o papel da cidadania que ainda permanece escasso. Infocentros, telecentros e CDIs são justamente locais onde o cidadão pode se informar sobre seus direitos e sobre os serviços públicos que estão disponíveis. Só que os usuários que chegam nesses pontos de acesso ainda não sabem disso.

As pessoas não conhecem seus direitos e necessitam de alguma fonte (que é quase desconhecida), para se informar, mas ao invés disso, usam os recursos de informação para entretenimento e outras coisas mais. A ferramenta está em nossas mãos, mas é mal usada. E a falta de informação é a maior causa de todas as irregularidades políticas e sociais do nosso país.

Devemos nos conscientizar de que somos uma sociedade e temos que cumprir nosso dever de cidadão para termos nossos direitos garantidos, impondo esses direitos sobre a falta de ética e responsabilidade com a política social.

---

***Maurício Amaro Ferreira** é monitor do Infocentro Turma da Touca e membro do Fórum Permanente sobre Inclusão Digital*

*início do texto*

**Alfabetização Tecnológica**

*por Josué Santos*

A cada dia tomamos conhecimento de decisões do governo colocando mais tecnologia nas escolas: televisões, videocassetes, computadores, e disponibilizando espaços de acesso públicos as camadas mais carentes da população, tais como os Infocentros e Telecentros. Diante disso, torna-se inevitável perguntar: Como serão recebidas essas tecnologias? Qual será o conteúdo dos programas e como serão utilizados e interpretados? Que linguagens utilizarão? Estes questionamentos devem ser feitos hoje por todos os educadores.

Ao observar os investimentos dos governos nesta direção, as experiências têm demonstrado a necessidade de alfabetização tecnológica dos educadores, pois o fato de ter acesso às mídias digitais, não garante por si só que o uso será produtivo e propício para a inclusão digital. No tocante ao papel da educação, esta deve voltar-se entre outros objetivos, a contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento, produção e interpretação das tecnologias, suas linguagens e conseqüências. Para isto torna-se necessário preparar os educadores para utilizar pedagogicamente as tecnologias na formação de cidadãos que deverão produzir e interpretar as novas linguagens do mundo atual e futuro.

Importante ressaltar que essa alfabetização tecnológica não pode ser compreendida apenas como o uso mecânico dos recursos tecnológicos, mas deve abranger também o domínio crítico da linguagem tecnológica. Cercados que estamos pelas tecnologias e pelas mudanças que elas acarretam no mundo, como educadores, precisamos pensar em meios que ajudem a formar cidadãos capazes de lidar com o avanço tecnológico, participando dele e de suas conseqüências. Se o objetivo é conscientizar os usuários e torná-los participativos, devemos ajudá-los a mais do que internalizar o saber, manusear as mídias digitais, incluindo também a sua problematização, a sua conscientização - processo ativo, crítico e projetivo. Aquele em contato com as mídias digitais deve sentir-se como sujeito do conhecimento, capaz de interpretar sua linguagem além de distinguir como, quando, e por que são importantes e devem ser usadas.

As tecnologias merecem estar presentes e a disposição da população para:

- Diversificar as formas de atingir o conhecimento;
- Ser estudadas, como objeto e como meio de se chegar ao conhecimento, já que trazem embutidas em si mensagens e um papel social importante;
- Permite ao cidadão, através da utilização da diversidade de meios, familiarizar-se com a gama de tecnologias existente na sociedade;

- Serem desmistificadas e democratizadas.

Para isso o educador deve ter clareza do papel delas enquanto instrumentos que ajudam a construir a forma do cidadão pensar, encarar o mundo e aprender a lidar com elas como ferramenta para a vida.

Para cumprir com sua missão, urge que os educadores digitais se apropriem do conhecimento sobre as mídias digitais, tendo a capacidade de lidar com as diversas tecnologias que o computador proporciona e mais que isso; discernir como essas tecnologias podem ser utilizadas para o fortalecimento da cidadania, achando meios pedagógicos para conscientizar os usuários de tais fatos.

---

*Josué Santos é monitor no Infocentro Jardim Lapena*

*início do texto*

## **Um Fórum, Muitas inclusões!**

***por Federico Vázquez***

No dia 25 de abril, no auditório do IEA, na USP, um grupo de 15 pessoas se reuniu para discutir a formação de um fórum, apresentada por André Luiz, um dos participantes do programa de Gestão de Mídias Digitais ministrado pela Cidade do Conhecimento.

Durante o processo de elaboração dos projetos no GMD, André sugeriu tornar plural a discussão sobre Inclusão Digital. E a formação de um fórum que debata os programas de inclusão digital e promova a elaboração de sugestões para programas de inclusão digital e social seria fundamental.

A pluralização proposta está baseada não só na democratização do acesso e na elaboração de projetos, mas no debate entre os diferentes atores que integram os programas de inclusão: educadores populares, acadêmicos, políticos e administradores públicos e privados entre outros. Todas aquelas pessoas que de

alguma forma se interessam e se envolvem com a temática.

Muito mais do que debater sobre a Inclusão Digital, o fórum pretende debater a Inclusão Social através destes programas. Como estes programas ajudam ou não os seus beneficiários a mudar e transformar sua realidade. O enorme impacto que esses programas causam no cotidiano das comunidades atendidas.

É em torno deste debate plural e popular que o fórum faz sentido. E não mais como um programa sob a coordenação de alguma instituição, eximindo de responsabilidades os integrantes. Para isto é importante que todos os envolvidos tenham claro que o dia 25 foi histórico. Histórico do ponto de vista de organização, pois a mobilização dos educadores dos programas com fomentadores deste fórum torna evidente a necessidade de se debater amplamente a Inclusão Digital e seu caráter de política pública.

Isso implica em que os envolvidos no fórum terão agora que trabalhar pela constituição orgânica do mesmo, pelo seu financiamento, agenda e articulação com todas as entidades e pessoas que possam participar agregando conteúdo e ajudando a construir idéias que tornem muito mais efetiva a missão dos pontos de inclusão digital.

A constituição deste fórum simboliza a inclusão das comunidades no debate sobre o digital e o social. E não só simboliza, como sinaliza a necessidade de integrar nos debates mais que acadêmicos e administradores públicos, aqueles que atuam diretamente na aplicação dos programas. Mostra e desperta a necessidade de transformar a forma como gestamos e discutimos a inclusão social no nosso país.

Os participantes ainda não sabem com se chamará, se Fórum Permanente ou Fórum Popular de Inclusão Digital. Talvez deveremos pensar em Fórum Popular de Gestão de Mídias Digitais para a Inclusão Social.

O próximo encontro do grupo está marcado para dia 17 de maio das 9h00 ao 12h00 em local a ser confirmado em nosso fórum online: <http://inforum.insite.com.br/5629/>.

---

**Federico Vázquez**, coordenador Web da Câmara Americana de Comércio de São Paulo e membro do Fórum Permanente sobre Inclusão Digital

## **Inclusão digital ou apenas números de acessos?**

**por André Luiz**

No dia 15 de abril, a Fundação Getúlio Vargas, conjuntamente com empresas de informática e o Comitê para Democratização de Informática do Rio de Janeiro, divulgaram o "Mapa de Exclusão Digital".

Segundo dados do mapa, a estimativa de "incluídos" de 2000 era de 17,3 milhões para 26,7 milhões em março desse ano, o que significa que 12,46% da população brasileira tem acesso ao computador e, desse total, 8,31% tem acesso à Internet. Um outro dado divulgado é o acesso na escola de ensino médio: estima-se que 50,29% dessas escolas têm infra-estrutura, 55,87% dos alunos têm acesso ao computador e 45,64% têm acesso à Internet. É importante também divulgar que o Estado de São Paulo passou de 3º lugar, em 1997, com 22, 21% para o primeiro lugar, em 2001, com 49,7% do nível de "inclusão digital nas escolas".

O coordenador do estudo, economista Marcelo Neri, afirma que o ritmo atual, que é de 1 milhão de pessoas "incluídas" a cada 4 meses, não é suficiente para resolver o problema de "inclusão digital".

A pesquisadora Ana Maria Morais, que estuda educação digital, acredita que o Mapa é importante, mas é pobre ao associar o termo "inclusão digital" com o fato único e exclusivo do acesso ao hardware, software e Internet. Ela também alerta para o perigo, com essas políticas, de-se criar uma brecha na falta de fluência tecnológica.

Com certeza são pobres os dados dessa pesquisa, feita com metodologia que apenas agrupam um monte de fontes de pesquisas e características de pesquisados, as quais não permitem focar o cerne da questão, ou seja a real necessidade de prover acesso com qualidade atendendo as diversidades e as dinâmicas das estruturas culturais enraizadas na sociedade contemporânea. Por isso é inviável propor políticas como caixinhas separadas.

Esse é um pouco do retrato que temos da maioria das políticas de inclusão digital no Brasil, que tratam esta questão com uma especificidade tal que os indicadores sociais tornam a velocidade do processador um quesito importante para a qualidade

da inclusão. Até quando iremos maquiar os verdadeiros desafios sociais?

O coordenador do estudo afirma que é necessário abrir linhas de crédito para compra de computadores, mas como podemos falar da democratização dessas tecnologias, se as poucas empresas de hardware e software monopolizam o setor de Informática? Se partirmos do pressuposto de que o acesso é um direito e de que o perfil desse cidadão “excluído” aponta níveis de escolaridade de 1 a quatro anos, renda familiar abaixo de um salário mínimo, etc., existe um equívoco na ordem de prioridades. E os computadores populares?

A aula magna “Ciências e Tecnologia e Humanidades” proferida pelo Professor Doutor Renato Janine Ribeiro, da FFLCH-USP, no fechamento dos projetos construídos coletivamente pelo Programa de Gestão de Mídias Digitais da Cidade do Conhecimento, alerta para a importância de termos claro a finalidade do espaço público e do espaço privado, e de refletirmos sobre as finalidades das tecnologias de informação e comunicação. Enfim, temos que nos perguntar: Qual é o espaço da Internet? Será que é social ou privado? E os investimentos milionários em tecnologia? Estão a serviço de que e de quem?

Uma grande figura da história da educação, o educador Paulo Freire, escreveu um texto intitulado “A máquina a serviço de quem?”, onde ele nos chamava para a seguinte reflexão: se as tecnologias não estão a serviço do social, até que ponto ela contribuirá para a transformação social?

Nós entendemos que existe um grande equívoco no conceito e nas práticas de inclusão digital. Isso nos leva a questionar as políticas elaboradas e propostas neste seguimento e a forma como é tratado esse termo “inclusão digital”, enfim entendemos isso como um grande e novo desafio e que o principal sujeito dessa discussão é o trabalhador que está em contato com o público a ser incluído.

---

***André Luiz das Neves**, da coalizão Comunicação, é educador do Centro de Educação, Estudos e Pesquisa (CEEP)*

*início do texto*